

A pobreza e a desigualdade: uma realidade brasileira no século XXI

Márcia Nair Cerdote Pedroso ¹

Resumo

A pobreza e a desigualdade social no Brasil podem ser buscadas em suas raízes históricas, em um passado marcado pela presença de quatro séculos de escravidão, pelo caráter específico de um capitalismo tardio, por um acelerado processo de urbanização, pela ausência de uma reforma agrária e pela falta de políticas urbanas e sociais consistentes. Esse processo produziu um dos países mais desiguais do mundo, onde as estruturas econômicas e sociais tenderam muito mais para a reprodução da exclusão do que para a inclusão social. Nesse sentido, o referido artigo visa promover uma discussão em torno da problemática da desigualdade e da pobreza no Brasil, considerando-as como fenômenos que persistem ao longo do tempo. Busca-se traçar uma síntese sobre as políticas de enfrentamento à desigualdade estrutural brasileira no início do século XXI, ressaltando a insustentabilidade da redistribuição de renda e da redução das desigualdades ao longo do referido período.

Palavras-chave: Desigualdade, Pobreza, Distribuição de renda.

Abstract

Poverty and inequality: a Brazilian reality in the 21st century

Poverty and social inequality in Brazil can be looked for in its historical roots, in a past marked by the presence of four centuries of slavery, by the specific character of late capitalism, by an accelerated urbanization process, by the absence of agrarian reform and the lack of consistent urban and social policies. This process produced one of the most unequal countries in the world, where economic and social structures tended much more towards the reproduction of exclusion than towards social inclusion. In this sense, this article aims to promote a discussion around the problem of inequality and poverty in Brazil, considering them as phenomena that persist over time. It seeks to outline a synthesis about policies to confront Brazilian structural inequality at the beginning of the 21st century, highlighting the unsustainability of income redistribution and the reduction of inequalities throughout that period.

Keywords: Inequality, Poverty, Income distribution.

Códigos JEL: D31, D33, D63, H53.

Introdução

O crescimento da desigualdade e da pobreza em nível global tem despertado preocupação entre os estudiosos e os diferentes órgãos de pesquisa. A relevância da temática se dá por tratar-se de um fenômeno que ataca as condições de vida, dignidade e acesso para milhões de pessoas, tornando-se uma ameaça à questão social, ao desenvolvimento econômico e ao crescimento sustentável. O Banco Mundial (2018) informa que 3,4 bilhões de pessoas têm dificuldades para minimamente satisfazer as necessidades básicas e quase metade da população do mundo vive com menos de US\$ 5,50 por dia (cerca de R\$ 20,45). Enquanto isso, de acordo com a OXFAM (2020), em 2019, os bilionários do mundo somam apenas 2.153 indivíduos e detêm mais riqueza do que 4,6 bilhões de pessoas, ou cerca de 60% da população mundial.

(1) Doutoranda em Economia – Faculdade de Ciências Econômicas – UFRGS. Mestre em Desenvolvimento – UNIJUÍ-RS. E-mail: mcerdote@gmail.com.

No que tange ao Brasil, a desigualdade social pode ser buscada em suas raízes históricas, em um passado marcado pela presença de quatro séculos de escravidão², pelo caráter específico de um capitalismo tardio, por um acelerado processo de urbanização, pela ausência de uma reforma agrária e pela falta de políticas urbanas e sociais consistentes. Esse processo produziu um dos países mais desiguais do mundo, onde as estruturas econômicas e sociais tenderam muito mais para a reprodução da exclusão do que para a inclusão social. Nem mesmo a industrialização perseguida ao longo dos anos 1930-1980 foi capaz de modificar profundamente essa realidade.

A questão da desigualdade se acentuou nos anos de Ditadura Civil-Militar, tornando-se ainda mais robusta com as crises econômicas que afetaram o país nos anos de 1980 quando, além das deficiências estruturais do modelo de desenvolvimento econômico perseguido, os problemas sociais se tornaram verdadeiros obstáculos à conformação de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. Diante desse quadro, somando-se ao fortalecimento das ideologias neoliberais nos anos 1990, as recomendações prescritas na Carta Constitucional de 1988 foram seguidas de maneira pontual e restrita, interrompendo de forma mais efetiva os anseios pela equidade social e, portanto, de combate à desigualdade e à pobreza. A virada do século trouxe novas perspectivas com a chegada do presidente Luís Inácio Lula da Silva que trazia como prioridade política o combate à pobreza e à fome.

É a partir deste cenário que o presente artigo propõe uma discussão em torno da problemática da desigualdade e da pobreza, considerando-as como fenômenos que persistem ao longo do tempo. Nessa perspectiva, busca-se enfatizar os avanços e limites das políticas públicas implementadas no início do século XXI no sentido de promover o desenvolvimento econômico e social e o combate às desigualdades. Para tanto, a primeira seção busca realizar um breve resgate histórico da desigualdade estrutural brasileira. A segunda seção irá tratar sobre a questão da pobreza e da desigualdade no Brasil e as vias de enfrentamento no início do século XXI, desenvolvendo uma abordagem focada nessa problemática. Já a terceira seção busca traçar a insustentabilidade das políticas redistributivas de renda e de redução das desigualdades, demonstrando que a concentração da renda e das desigualdades são faces da mesma moeda. Logo a seguir, pontua-se as considerações finais.

1 Uma breve síntese da desigualdade histórica e estrutural brasileira

A desigualdade socioeconômica brasileira tem suas raízes no processo de colonização por parte dos Europeus ao longo dos séculos XVI à XIX. Nem mesmo a Independência Política de

(2) Uma importante obra sobre o papel da escravidão na formação da sociedade brasileira é o clássico “Dialética Radical do Brasil Negro” de Clóvis Moura. Em sua síntese, Moura (1994) propõe o entendimento do escravismo no Brasil a partir de dois períodos: o Escravismo Pleno, até 1850, e o Escravismo Tardio, de 1850 até 1888. Segundo o autor, ao longo da primeira fase foi se estruturando em toda a sua plenitude a escravidão, configurando praticamente todo o comportamento das classes fundamentais da sociedade, senhores e escravos, levando as demais camadas, grupos e segmentos, a moldarem sua conduta e seleção de valores conforme tal dicotomia. Já na segunda fase, a do Escravismo Tardio, ocorreu um cruzamento rápido e acentuado de relações capitalistas em cima de uma base escravista, ou seja, a “modernização capitalista” não produziu uma ruptura radical com a formação social herdada da fase do Escravismo Pleno. A Abolição da Escravatura, ocorrida em 1888, tampouco foi suficiente para romper radicalmente com tal realidade. Florestan Fernandes (1978) chama atenção para o fato de que a ausência de uma transição que garantisse, protegesse e preparasse o liberto dificultou profundamente a sua inserção no novo regime de vida e de trabalho. Nesse sentido, a Abolição acabou assumindo “o caráter de uma espoliação extrema e cruel”. Ver: Clóvis Moura (1994) e Florestan Fernandes (1978).

Portugal, em 1822, foi capaz de romper com as estruturas socioeconômicas do período anterior. Fora mantida a escravidão, o latifúndio agroexportador e o mercado interno permaneceu quase inexistente. Apesar do avanço representado pela abolição da escravidão, em 1888, os afro-brasileiros continuaram sendo discriminados em razão do analfabetismo e do acesso restrito a terra, uma vez que não houve reforma agrária e nenhuma outra política de amparo que permitisse o mínimo de inclusão dos libertos. A Proclamação da República, em 1889, e a Nova Constituição em 1891, representaram a montagem de uma estrutura política que limitava o exercício do poder ao revezamento entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, na chamada política do Café com Leite. Ao mesmo tempo, a economia nacional foi colocada à serviço de uma política de garantia de lucro aos cafeicultores e aos setores estrangeiros que os financiavam, secundarizando outros setores da economia como o industrial, que fora impulsionado no final do Segundo Império. Tal política redefinia os fatores de exclusão social, tanto no meio rural, como no meio urbano, onde aos escravos libertos se somavam levas de imigrantes descapitalizados e sem direitos sociais³.

A Revolução de 1930 foi impulsionada com o objetivo de redefinir as estruturas socioeconômicas e políticas do Brasil através da substituição do modelo primário exportador, até então predominante, por um modelo industrial de desenvolvimento. Os grupos sociais que sustentaram o governo Getúlio Vargas trouxeram à tona uma política industrializante que se complementava com a garantia de direitos aos trabalhadores urbanos. A Consolidação das Leis Trabalhistas, promulgadas em 1943, representou um marco nesse processo. Porém, em que pese tal avanço, a maior parte da população brasileira composta por trabalhadores rurais não foi atingida por esses direitos, uma vez que os direitos trabalhistas não os alcançava. Ao mesmo tempo, a estrutura agrária não sofreu alteração alguma, mantendo-se intactos os latifúndios originários da colonização. Assim, nem mesmo as mudanças no bloco do poder e no modelo de desenvolvimento foram capazes de romper com os principais pilares da desigualdade social brasileira.

O período situado entre o imediato Pós-Guerra até a década de 1960 (1945-1964) foi marcado por um processo de continuidades e contraposições em relação ao período iniciado em 1930. O predomínio das ideias desenvolvimentistas levou ao aprofundamento da industrialização, sobretudo, no governo JK (1956-1960). Porém, mais uma vez, os pilares da desigualdade não foram atacados. Foi somente com a crise de esgotamento do modelo de substituição de importações, nos primeiros anos da década de 1960, que foram propostas reformas nas quais propunham mudanças na estrutura social brasileira. As chamadas *Reformas de Base*⁴ proclamadas pelo governo João Goulart foram abortadas pelo Golpe Civil-Militar em 1964.

(3) Sobre o tema, além dos já citados Clóvis Moura (1994) e Florestan Fernandes (1978), outras obras importantes são: George Andrews (1998), Sidney Chalhoub (2012) e Pedro Fassoni Arruda (2012). Para uma análise da transição do Império para a República ver: Saes (1985).

(4) As “Reformas de Base” incluíam um conjunto de medidas consideradas necessárias, tanto pelas esquerdas quanto pelos progressistas, para: superar o atraso histórico, sair da crise global em que a nação estava mergulhada, integrar as populações marginalizadas na vida nacional e encaminhar o país rumo ao desenvolvimento econômico e social. Numa perspectiva de viabilizar o desenvolvimento capitalista brasileiro de forma independente (Brum, 2010, p. 269). Tais reformas, conforme menciona Moniz Bandeira (1978), não visavam ao socialismo, tratavam-se de reformas democrático-burguesas e tendiam a viabilizar o capitalismo brasileiro, embora sobre outros alicerces, retirando-os do atraso e proporcionando mais autonomia. Ver: Moniz Bandeira (1978).

Os governos da Ditadura Civil-Militar, que perdurou de 1964 até 1985, mesmo mantendo a lógica da expansão produtiva iniciada em 1930, ampliaram a desigualdade social em relação ao período anterior. Mattos et al. (2015) quando analisam as reformas estruturais promovidas pelo PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo) e os seus efeitos distributivos, ilustram um padrão de acumulação caracterizado pela exclusão, evidenciando a visão elitista dos formuladores da política econômica do período, onde distribuiu-se favores tributários e/ou fiscais para parcelas do setor privado de maior poder econômico (ou político) em uma sociedade já originalmente marcada por acentuada desigualdade⁵. As reformas estruturais e políticas adotadas no período imediato à ascensão dos militares tiveram efeito progressivo sobre a concentração de renda. Nota-se que “a fração do centésimo mais rico, que chegara a 17-19% às vésperas do golpe, aumentou continuamente até 1971, quando atingiu 26%, maior percentual desde os anos 1940” (Ferreira de Souza, 2018, p. 312). Na fase do Milagre Econômico (1968-1973) enquanto a economia brasileira crescia em média 11,2 % a.a., e na fase posterior, entre 1974-1980, a uma média de 6,9% a.a., a concentração pessoal da renda assumia proporções alarmantes. Argemiro Brum (2010, p. 348) menciona que no período entre 1960 a 1980, os 10% mais ricos da População Economicamente Ativa (PEA) aumentaram de menos de 40% para mais de 50% sua participação relativa na renda nacional; os 10% da PEA intermediários permaneceram na mesma posição, um pouco acima de 15% de participação na renda; já os 80% da PEA composto pelos mais pobres, sofreram perdas substanciais na participação da renda produzida, uma vez que reduziu-se de 44,8% para apenas 33,7%. Ou seja, os ricos tornaram-se proporcionalmente mais ricos e os pobres, por sua vez, relativamente mais pobres.

Pochmann (2011, p. 127) chama atenção para o fato de que o ciclo de expansão produtiva que perdurou dos anos 1930 a 1980 estabeleceu à economia social um papel secundário. Naquele período “predominou a máxima governamental de atribuir à dinâmica do rápido crescimento econômico a própria responsabilidade pela trajetória de distribuição da renda”. O resultado foi que o processo de industrialização das décadas de 1950 e 1960 não produziu “um movimento natural de superação do quadro de desigualdade e pobreza”. Ao mesmo tempo, o ciclo acelerado de crescimento durante o Milagre Econômico demonstrou que, de um lado, “o crescimento lastreado no consumo era possível, mas de fôlego curto”, de outro lado, que “para superar a restrição era necessário mudar o modelo de crescimento com um conjunto de investimentos que incorporassem objetivos distributivos, em especial, que permitisse a ampliação do acesso aos bens e serviços públicos sociais” (Dedecca, 2014, p. 413-417).

Na década de 1980, em meio ao processo de redemocratização e o reemergir da sociedade civil brasileira, a temática da pobreza e da desigualdade social sofreu uma ressignificação. Fruto deste momento, a Constituição de 1988 foi “responsável pela consolidação dos grandes complexos do Estado de Bem-Estar Social no Brasil, especialmente no âmbito da seguridade social (saúde, previdência e assistência social)” (Pochmann, 2011, p. 127). Porém, “a redemocratização do país e as reformas de proteção social coincidiram com o esgotamento do *Estado nacional*

(5) Um estudo sobre o papel excludente das políticas econômicas adotadas no período imediato ao Golpe Civil-Militar, as reformas estruturais promovidas pelo PAEG, bem como, os resultados destas políticas sobre o perfil distributivo brasileiro, pode ser encontrado em: Mattos et al. (2015).

desenvolvimentista. A crise internacional de 1982 ampliou a vulnerabilidade externa, o endividamento e as pressões inflacionárias” (Calixtre; Fagnani, 2018, p. 330). Ou seja, o período mostrou-se marcado por grandes turbulências econômicas e inúmeras tentativas frustradas de estabilização. Se percebeu que, enquanto o país rumava para retomada da democracia, a participação dos 50% mais pobres na renda nacional diminuiu de 14,5%, em 1981, para 12,6%, em 1990; a dos 40% intermediários também diminuiu de 40,6% para 39,9%; já a participação dos 10% mais ricos aumentou de 44,9% para 48,1% no mesmo período (Brum, 2010, p. 423). Isso demonstra o agravamento na concentração de renda que pode ser percebida através do comportamento do Coeficiente de Gini⁶. Em 1980, esse índice foi de 0,59, aumentando para 0,64 em 1989. E o número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza passou de 29,5 milhões, o que representava 24,8% da população em 1980, para 39,2 milhões em 1989, representando naquele ano 27,2% da população (Souza, 2008, p. 198).

Na década de 1990 a sucessiva regulação de políticas públicas teve o papel de impedir um maior agravamento do quadro social, diante do crescimento do desemprego e da concentração da renda. Campos (2015, p. 31) mostra que, entre 1992 e 1993, a taxa de pobreza aumentou de 42,1% para 43,0%, e entre 1993 e 1995, diminuiu de 43,0% para 35,1%, mantendo-se em torno de 35,0% entre 1995 e 2003. Já o índice de Gini, depois de atingir seu nível máximo de 0,604 em 1993, declinou gradualmente até 2001, quando chegou a 0,596. Tal comportamento demonstra que apenas após a estabilização da inflação em 1994 é que se torna perceptível a inclusão social via políticas públicas. Do ponto de vista da desigualdade, tal expansão dos direitos sociais ocorreu via inclusão e não via redistribuição, numa forma progressiva de incorporação dos mais pobres aos serviços públicos, ou, melhor dizendo, “na política social prevaleceu a assistencialização do gasto público, com importante focalização das ações” (Pochmann, 2011, p. 130).

Essa dinâmica reflete o impacto das reformas neoliberais implementadas a partir dos anos 1980 e aprofundadas nos anos 1990, nas quais impuseram transformações econômicas e sociais que restringiram o regime de bem-estar que se desenhava durante o período de redemocratização. As políticas sociais se subordinaram aos compromissos macroeconômicos, às políticas nacionais liberalizantes e a reinserção passiva e subordinada do país no processo de globalização econômico-financeira. Esse cenário acabou por deteriorar os anseios de uma tessitura social mais harmônica, provocando a desestruturação do setor público e a fragmentação e burocratização das políticas sociais. Ou seja, o paradigma neoliberal predominante na década representou um reforço da condição periférica do país.

Nessa perspectiva, chama atenção a observação de Pochmann (2011, p. 182-183), quando diz que “o traço marcante da experiência brasileira de abandono do primitivismo da sociedade agrária” foi o fato de que o país, como parte da periferia do capitalismo, não registrou “idêntica trajetória de avanços na proteção social e trabalhistas, conforme observado nas nações desenvolvidas do século 20, mesmo quando apresentaram ritmo superior de crescimento econômico”. Sendo assim, a condição

(6) O índice de Gini, que varia de zero a um, é um indicador da igualdade ou desigualdade de uma distribuição. Quando igual a zero, significa a situação teórica de igualdade. Quando igual a um, ocorre a situação de máxima desigualdade. Portanto, quando se aproxima de um, significa que uma dada distribuição está se concentrando.

de pertencimento à periferia do capitalismo mundial é requisito fundamental para “o entendimento acerca da construção e desenvolvimento do sistema de bem-estar social” no Brasil. Tal fato fica evidente quando se verifica que, mesmo com a industrialização iniciada na década de 1930, “as principais características do subdesenvolvimento não foram abandonadas, tais como a enorme assimetria econômica setorial e regional e a permanência de significativa parcela da população prisioneira de condições extremamente precárias de vida e trabalho”. Dessa forma, o enfrentamento da desigualdade estrutural brasileira seguiu como um dos principais desafios nas primeiras décadas do século XXI.

2 A questão da pobreza e da desigualdade no Brasil no início do século XXI

O início do século XXI traçou um novo cenário de desenvolvimento para o Brasil e, conseqüentemente, para as questões sociais e a redução das desigualdades socioeconômicas. A chegada de Luís Inácio Lula da Silva à presidência do país, em 2003, um governo de centro-esquerda, trazia perspectivas em relação a uma nova agenda de desenvolvimento econômico-social. Mesmo tendo adotado uma postura de conciliação, exemplificada pela manutenção do tripé da política macroeconômica (regime de metas de inflação, câmbio flutuante e a manutenção de superávit primário), o governo procurou, dentro dos limites políticos e econômicos estabelecidos, a não reprodução do pensamento neoliberal difundido ao longo dos anos anteriores. Dentro da reorientação política e econômica, o governo Lula procurou estratégias que possibilitassem a retomada de um projeto nacional de desenvolvimento, com ênfase voltada para um modelo social-desenvolvimentista.

A nova política de desenvolvimento enfatizava: a atuação do Estado na regulação dos mercados, defendendo o papel atuante das agências reguladoras; o fortalecimento dos bancos públicos que deram a base de sustentação para o crescimento da economia, na medida em que possibilitavam o acesso ao crédito e as políticas de consumo de massa e a atuação nas ações de políticas anticíclicas em momentos de crise; o fortalecimento das empresas estatais que passaram a ocupar destaque na agenda oficial. Tratava-se de uma agenda voltada a enfatizar o investimento público e a dinâmica do mercado interno, com vistas a elevar a demanda agregada, a produtividade e o crescimento econômico. A postura em favor do crescimento foi explicitada no início de 2007 quando, visando reforçar o papel do Estado na condução dos investimentos públicos e privados, foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Calixtre e Fagnani (2018, p. 334) mostram que o “PAC privilegiou obras de infraestrutura e contribuiu para ampliar o investimento público de 1,6% para 3,3% do PIB entre 2006 e 2010”. Bielschowsky (2014), por sua vez, destaca que as taxas de investimento se elevaram, em média, mais de 5 pontos percentuais do Produto Interno Bruto (PIB) entre os anos de 2003 e 2010, mostrando que “saltou de 14 a 19% (a preços constantes de 2000), sob o impacto do crescimento econômico e do PAC, e permaneceu nesse patamar no período 2011-2013”.

A Tabela 1 mostra a evolução do investimento total, Público e das Estatais Federais no período 2006-2013.

Tabela 1
Evolução do investimento total, público e das estatais federais em % PIB: Brasil -2006-2013

	FBCF total/ PIB	FBCF Privado/ PIB	FBCF Público/ PIB* (% total)	Estatais federais/PIB* (% total)	FBCF Público sem Estatais/PIB* (% total)
2006	16,6	13,6	3,0 (18)	1,0 (6)	2,0 (12)
2007	17,8	14,9	2,9 (16)	1,1 (6)	1,8 (10)
2008	19,3	15,6	3,7 (20)	1,4 (8)	2,3 (12)
2009	18,0	13,8	4,2 (23)	1,8 (10)	2,4 (13)
2010	20,3	15,6	4,7 (23)	1,9 (9)	2,8 (14)
2011	20,7	16,6	4,1 (20)	1,7 (9)	2,4 (11)
2012	19,7	15,3	4,4 (22)	2,0 (10)	2,4 (12)
2013	20,2	15,8	4,4 (22)	2,0 (10)	2,4 (12)

Fonte: IBGE, Contas nacionais Trimestrais, 1º trimestre de 2014.

*Dados do Ministério da Fazenda, fevereiro de 2014 (Mantega, 2014; Kerstenetzky, 2016, p. 44).

Dweck e Rossi (2019, p. 99-100) descrevem o padrão de desenvolvimento recente (década de 2000 e início da década de 2010) como um padrão de crescimento que trazia o destaque central dos investimentos públicos, acompanhado da política fiscal e distribuição de renda. Na avaliação dos autores, o novo modelo de desenvolvimento rompia com a tradição do país, de modo que logrou ao mesmo tempo o crescimento econômico e a redução das desigualdades sociais. O que diferenciava das experiências de modelos de crescimento anteriores foi que esse se apoiou em dois pilares: na expansão do mercado de consumo de massa e no investimento, público e privado induzido pelo governo, em infraestrutura. A política fiscal cumpriu papel fundamental, facilitando as políticas redistributivas que contribuíram para estimular o mercado interno e a expansão dos serviços públicos como saúde e educação. Tais políticas econômicas, somadas ao cenário do mercado externo favorável, marcado pelas altas taxas de crescimento chinesas e pelo aumento dos preços das *commodities*, resultaram numa aceleração do crescimento ao longo da primeira década dos anos 2000. A “economia saltou de uma taxa anual de crescimento médio de 2,1% nos anos de 1980 e 1990 para 3,7% na década de 2000” (Carvalho, 2018, p. 13). O crescimento econômico gerado impactou de forma positiva e ampla sobre as questões sociais, no que se refere às desigualdades das condições de vida, a reprodução da pobreza e a exclusão social.

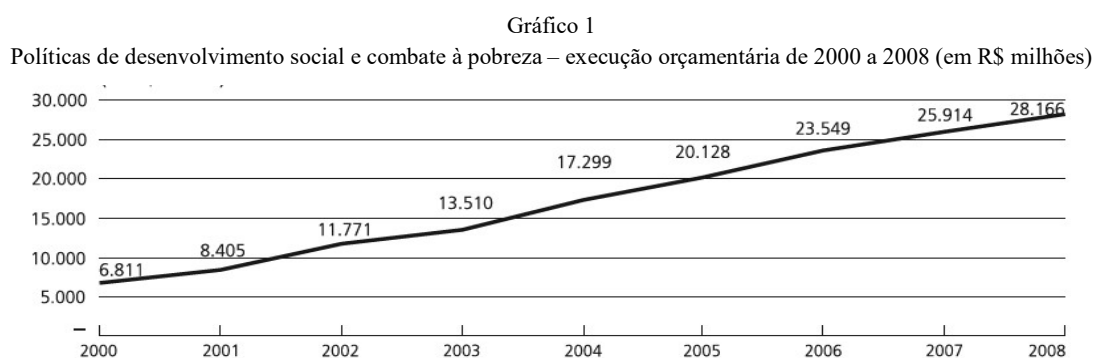
Calixtre e Fagnani (2018, p. 336) destacam que a articulação entre os objetivos econômicos e sociais pode ser percebida no direcionamento de políticas estratégicas, que se voltaram para quatro núcleos de proteção social⁷, quais sejam: a *ampliação do gasto social*, em decorrência do aumento da arrecadação e seus efeitos sobre a melhoria das contas públicas; a *recuperação do mercado de trabalho*, que experimentou forte geração de empregos formais, redução nas taxas de desocupação e elevação da renda do trabalho, somando-se ainda a valorização do salário mínimo; a *potencialização dos efeitos redistributivos da seguridade social* prevista pela Constituição de 1988, a afirmação da democracia e as novas gerações de políticas sociais; e o quarto núcleo integrou uma agenda de políticas públicas de *combate à pobreza extrema*⁸.

(7) A proteção social se configura em políticas sociais adotadas. Essa entendida como “expressão de uma estratégia nacional de transformação da economia e da sociedade de um país cujo passado e presente estão marcados por estruturas autônomas de reprodução de desigualdade e de subdesenvolvimento. Portanto a política social integra o conjunto de demais políticas e ações necessárias ao estabelecimento de uma estratégia desenvolvimentista” (Calixtre; Fagnani, 2018, p. 329).

(8) A definição de pobreza monetária, conforme o IBGE (2019), se associa à privação do bem-estar, que pode ser entendida como a limitação da capacidade que os indivíduos possuem de participar da sociedade, o que envolve fatores diversos como, por exemplo, se

As políticas públicas de desenvolvimento social e combate à pobreza (DSCP), conforme aborda Moura (2010), foram o marco fundamental do início do século XXI. O autor destaca que “os investimentos em tais políticas se elevaram de R\$ 6,811 bilhões no ano de 2000 para R\$ 28,166 bilhões em 2008, o que representou um crescimento real de R\$ 21,355 bilhões ou 313% em apenas oito anos. Esse crescimento “ocorreu com certa regularidade, apresentando uma média de R\$ 2,669 bilhões ao ano” (Moura, 2010, p. 76-79).

A evolução da execução orçamentária, ao longo do período, pode ser observada no Gráfico 1 a seguir:



Fonte: Moura (2010, p. 76).

O conjunto de iniciativas e investimentos de combate à pobreza abrangeu um amplo leque de políticas públicas que podem ser definidas, de acordo com Moura (2010) pelos seguintes grupos: *transferência de renda para idosos e deficientes*; *transferência de renda com condicionalidades*; *serviços, ações e programas de assistência social*; e *ações e programas de segurança alimentar*. A *transferência de renda para idosos e deficientes* contempla o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a Renda Mensal Vitalícia (RMV)⁹. A *transferência de renda com condicionalidades*, no ano 2000, contemplava apenas o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Entre 2001 e 2003, passa a contemplar os vários programas de transferência de renda criados no período, como Bolsa Escola Federal, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação, Auxílio-Gás e Agente Jovem. A partir

sentir seguro, ter acesso a oportunidades, ter uma alimentação adequada e ter bons relacionamentos sociais. Proni (2017) informa que, em outubro de 2003, o Governo Federal estabeleceu como critério para definir a “linha de pobreza” – e delimitar o público-alvo do Programa Bolsa Família (PBF) – uma renda mensal familiar per capita de R\$ 100 (na época o valor correspondia, aproximadamente, a US\$ 1,15 por dia), mas os beneficiários se concentrariam naqueles que estavam abaixo do limiar da pobreza extrema (renda mensal familiar per capita de R\$ 50). A Lei 10.836, que criou o *Programa Bolsa Família* em janeiro de 2004, definiu valores um pouco maiores: R\$ 120 e R\$ 60 (ou seja, seriam priorizadas as famílias com renda per capita até R\$ 2 por dia). Em 2011, com o Plano Brasil sem Miséria, essas linhas foram elevadas para R\$ 140 e R\$ 70. Em 2017, o Banco Mundial passou a diferenciar a linha de pobreza conforme o nível de desenvolvimento econômico das nações – a linha de pobreza internacional (IPL) –, onde relaciona o valor monetário que alguém precisa para atender as suas necessidades básicas e viver uma vida livre de pobreza. Estipula o valor de US\$ 1,90 diários per capita em Paridade de Poder de Compra (PPC) para as linhas de pobreza em países muito pobres. Para o Brasil, classificado como entre os países de rendimento médio-alto, o Banco Mundial sugere a linha de US\$ 5,50 por dia, para classificar as pessoas na situação de pobreza.

(9) Esses programas se caracterizam por conceder um benefício mensal no valor de um salário mínimo para deficientes integrantes de família extremamente pobres e idosos maiores de 65 anos. Refere-se a uma garantia de renda para a população que não compõe a População Economicamente Ativa (PEA). Tais características diferenciam essas modalidades de renda em relação aos grupos de transferência de renda com condicionalidades.

de 2004, esses programas se consolidam em torno do Programa Bolsa Família (PBF)¹⁰. O grupo dos *serviços, ações e programas de assistência social* compete a todos os projetos e programas implementados pela área de assistência e seguridade social no período¹¹. Por último, as *ações e programas de segurança alimentar* consolidou ações implementadas na área de segurança alimentar, sobretudo, a partir de 2003, no âmbito do Fome Zero¹², abrangendo medidas que visavam promover o acesso à alimentação e a água às populações de baixa renda. Aqui inclui-se o Programa de aquisição de alimentos da Agricultura Familiar.

A Tabela 2 ilustra a descrição dos valores investidos, entre o ano de 2000 e 2008, por grupos das políticas públicas mencionadas.

Tabela 2
Políticas de desenvolvimento social e combate à pobreza segundo grupos de políticas públicas (em R\$ milhões)

Grupo de políticas públicas	Ano								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Transferência de renda para idosos e deficientes	6.007	6.876	7.384	8.027	9.137	10.609	12.837	14.313	15.666
Transferência de renda com condicionalidades	424	1.015	3.838	4.670	6.995	7.951	9.138	9.877	11.017
Serviços, ações e programas de assistência social	380	447	549	434	738	1.006	875	1.059	908
Ações e programas de segurança alimentar	-	66	-	378	429	562	698	665	575
Total	6.811	8.405	11.771	13.510	17.299	20.128	23.549	25.914	28.166

Fonte: Moura (2010, p. 76) utilizando-se dos dados do Siga Brasil, do Senado Federal. Considera valores pagos.

Nota: Valores anuais de 2000 a 2007 deflacionados para dezembro de 2008, pelo IPCA/IBGE.

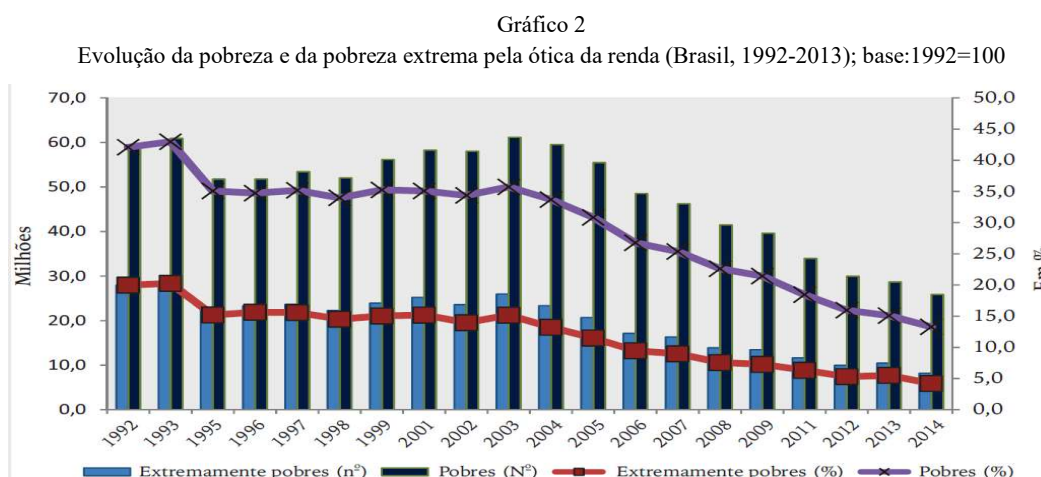
(10) A definição do *Programa Bolsa Família* de acordo com a página oficial: programa de transferência direta de renda com condicionalidades. O Programa atende as famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza. Foi utilizado um limite de renda para definir esses dois patamares. Assim, podem fazer parte do programa: todas as famílias com renda por pessoa de até R\$ 89,00 mensais; e famílias com renda por pessoa entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 mensais, desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos. Associa-se à transferência do benefício financeiro do acesso aos direitos sociais básicos —saúde, alimentação, educação e assistência social. (<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/beneficios/beneficios>). O programa foi uma combinação de vários outros programas pré-existentes: o Bolsa Escola Federal, o Cartão Alimentação, o Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás. Em 2005, o PBF também incorporou o Programa de Erradicação de Trabalho Infantil (PETI). Através do Bolsa Família, o governo federal concede mensalmente benefícios em dinheiro para famílias mais necessitadas. As contrapartidas para o recebimento do benefício incluem a frequência escolar de jovens e crianças e o acompanhamento médico de gestantes e crianças da família.

(11) Abrange, além das transferências monetárias para as famílias (previdência rural e urbana, assistência social e seguro desemprego), as ações e programas de proteção aos idosos, aos deficientes e aos jovens, entre outros. Agrupa também a oferta de serviços universais proporcionados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), as ações e programas organizados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas), incluindo as ações de proteção social básica, a exemplo dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), bem como as ações de proteção social especial, a exemplo dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) (Moura, 2010; Calixtre; Fagnani, 2018).

(12) O *Programa Fome Zero*, uma das principais políticas de combate à fome, foi criado em 2003, objetivando combater a fome e as suas causas estruturais que, por sua vez, geram a exclusão social e a pobreza. Com o Fome Zero, impôs-se uma ampla estratégia de formulação, mobilização e de integração de iniciativas que se voltaram tanto à produção, ao abastecimento e ao acesso aos alimentos, como à educação alimentar e nutricional. A garantia da segurança alimentar focou-se em três frentes: um conjunto de políticas públicas; a construção participativa de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e um grande mutirão contra a fome, envolvendo as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) e todos os ministérios (Aranha, 2010).

Todas essas políticas e iniciativas se mostraram bastante exitosas no que se refere a redução da pobreza e da pobreza extrema durante o período. Nas palavras de Calixtre e Fagnani (2018, p. 348) “mais de 30 milhões de pessoas saíram da pobreza e outras 16 milhões, da pobreza extrema”. Os autores lembram que o Pronaf (Programa Nacional da Agricultura familiar), criado em 1996, destacou-se na expansão do investimento e novos contratos nos governos Lula e Dilma, atingindo mais de R\$ 22 bilhões em financiamento na safra de 2013-2014. Porém, “o principal motor da redução da pobreza extrema foi o sucesso do Programa Bolsa Família (PBF), que fora integrado ao Plano Brasil sem Miséria (PBM)¹³”. Bielschowsky (2014), ao comparar os relatórios dos *Planos Plurianuais* brasileiros entre os anos de 2002 e 2013, mostra que o PBF chegou a beneficiar 14 milhões de famílias em 2013, quando em 2002 os programas de transferências existentes cobriam apenas 3,6 milhões de pessoas. Somando a esses dados, Proni (2017, p.6), utilizando como referência os valores de 2003, informa que “a prevalência da pobreza caiu de 25% da população em 2003 para 7,5% da população em 2014, enquanto a pobreza extrema caiu de 10% para 3%”. Isso indica o quão relevante mostrou-se a trajetória de redução da pobreza, sobretudo, para aquela camada da população que atingia a pobreza em sua forma mais extrema.

A evolução da pobreza e da pobreza extrema pela ótica da renda (Brasil, 1992-2013) pode ser conferida no Gráfico 2.



Fonte: Ipea.

Observação: utiliza-se a linha de pobreza atualizada e estadualizada, de acordo com capacidades calóricas, para cada região brasileira. Não há uma linha de pobreza oficial no Brasil, ainda que os estudos do Ministério de Desenvolvimento Social apoiem-se numa linha única nacional, de acordo com os valores delimitados ao público-alvo do PBF, como balizadores na extrema pobreza e da pobreza, respectivamente (Calixtre; Fagnani, 2018, p. 348).

(13) Em junho de 2011, o Governo Federal, representado pela presidenta Dilma Rousseff, lançou o *Plano Brasil Sem Miséria* (BSM), com o objetivo ambicioso de superar a extrema pobreza até o final de 2014. O Plano se organizava em três eixos: um de garantia de renda, para alívio imediato da situação de extrema pobreza; outro de acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; e um terceiro de inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres. O corte de renda atingido era de R\$ 70 mensais domiciliar per capita quando da criação do programa em 2011 (IPEA, 2017).

Houve, no período em questão, uma redução tanto dos índices de pobreza, como da desigualdade de renda. Ou melhor dizendo, ocorreu a combinação da expansão da renda nacional per capita com a queda da desigualdade pessoal da renda. Pochmann (2011, p. 146) pontua que “para os anos de 2004 e 2010, a renda per capita cresceu 2,9% como média anual, enquanto a desigualdade da renda pessoal caiu 1,5% em média, ao ano”. Dedecca (2014, p. 383) acrescenta que “a partir de 2003 todos os indicadores de renda passaram a apresentar elevações, sendo que aquele dos 20% das famílias de menor renda conheceu incrementos mais ponderáveis”. Tal “padrão de crescimento da renda foi mantido entre 2009 e 2011, apesar da crise internacional e da desaceleração da economia brasileira em 2011”. Por sua vez, a evolução positiva da renda garantiu a expansão de acesso a uma variedade de bens e serviços por parte das camadas da população que historicamente foram excluídas, fato esse que revela também a redução da desigualdade em diversos tipos de oportunidades e esferas sociais.

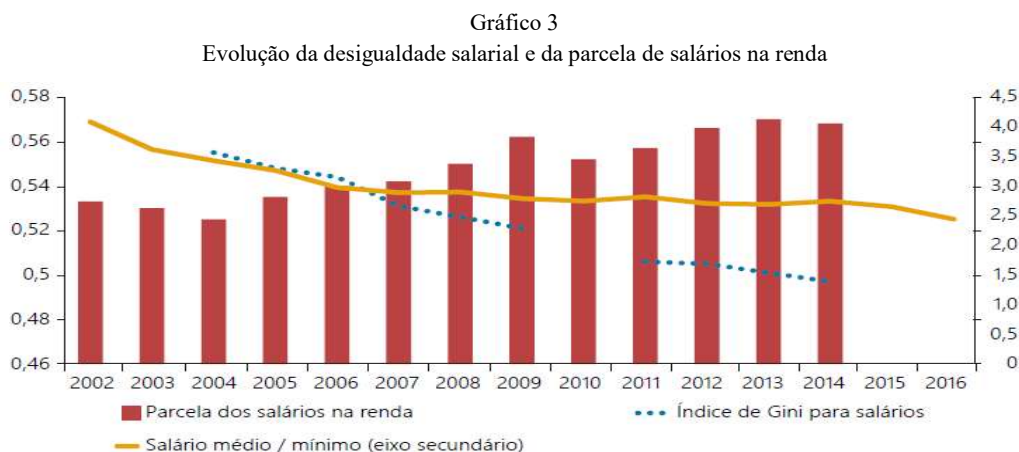
O melhor desempenho nos indicadores de mobilidade social associa-se ao conjunto de transformações na economia e nas políticas públicas. A recuperação do ritmo de crescimento da economia brasileira desde 2004 resultou do estímulo dos investimentos, da ampliação do mercado de consumo e da recomposição dos níveis de rendimento do trabalho. Processo esse alimentado pela política de valorização do salário mínimo¹⁴ e pela capacidade de geração de empregos formais (Pochmann, 2011; Dedecca, 2014; Kerstenetzky, 2016; Carvalho, 2018; Calixtre; Fagnani, 2018; Campello, et al., 2018; Brenck e Carvalho, 2019). Conforme registros de Calixtre e Fagnani (2018, p. 339), “entre 2003 e 2014, mais de 20 milhões de empregos formais foram criados”. Acrescenta-se que “em igual período, o estoque de empregos formais subiu de 29,5 milhões para 49,6 milhões”, o que significou uma criação média anual de empregos formais que “passou de um patamar de 630 mil entre 1996 e 2002 para 1,6 milhão (2003-2006), 2,3 milhões (2007-2010) e 1,3 milhão (2011-2014)”. Os autores ainda indicam que a taxa de desemprego, medida pela pesquisa Mensal de Emprego (IBGE), em 2014 atingiu 4,8% depois de ter registrado 13,1% em 2004. Tal dinâmica demonstra que a geração de empregos formais e a política de valorização do salário mínimo, em conjunto com as transferências de renda da seguridade social, tiveram papel de destaque na ampliação da renda das famílias que impulsionaram o mercado interno de consumo de massas. Esse considerado o núcleo do crescimento econômico (Calixtre; Fagnani, 2018). Em síntese, podemos dizer que o ritmo de crescimento e dinamismo econômico e social se dava numa espécie de retroalimentação.

O crescimento do PIB per capita também foi um fator determinante para que se desencadeasse melhorias na distribuição de renda. A mobilidade social, observada pela redução do índice de Gini, concomitante ao aumento da proporção salário/PIB, voltou a ser ascendente depois de duas décadas de estancamento. A renda das famílias cresceu especialmente nos estratos inferiores (Dedecca, 2014; Kerstenetzky, 2016; Calixtre; Fagnani, 2018; Carvalho, 2018; Campello et al., 2018; Gethin; Morgan, 2018). Como explica Campello et al. (2018, p. 11), entre 2002 e 2015, registrou-se um crescimento real da renda de 38% para o conjunto da população, sendo ainda mais acentuado entre os mais

(14) A valorização do salário mínimo deveu-se às mobilizações realizadas pelo movimento das Centrais Sindicais que em 2004 se organizaram em campanhas e marchas conjuntas, visando pressionar o governo sobre a importância de tal política. Como resultado dessas marchas, o salário mínimo, em maio de 2005, passou de R\$ 260,00 para R\$ 300,00. No mês de abril de 2006, foi elevado para R\$ 350,00, e, em abril de 2007, corrigido para R\$ 380,00. Já para março de 2008, o salário mínimo foi alterado para R\$ 415,00 e, em fevereiro de 2009, o valor foi fixado em R\$ 465,00. Em janeiro de 2010, o piso salarial do país passou a R\$ 510,00, resultando em aumento real de 6,02%. Essa política tinha como critérios o repasse da inflação do período entre as correções, o aumento real pela variação do PIB, além da antecipação da data-base de revisão - a cada ano - até ser fixada em janeiro, o que aconteceu em 2010 (DIEESE, 2017).

pobres¹⁵. Os autores salientam que “a renda dos 20% mais pobres cresceu 4 vezes mais rápida que a dos 20 % mais ricos” (Campello et al., 2018, p. 11). Em consonância, Dedecca (2014, p. 383) mostra que os “10% de famílias de maior renda evoluiu abaixo do crescimento do produto interno bruto (PIB) durante o período 2001-2011, enquanto o rendimento médio acompanhou o incremento do produto”. Em relação “ao rendimento dos 50% das famílias de menor renda, este apresentou ganhos mais expressivos que os observados para o produto, sendo que, a partir de 2004, ele acompanhou a evolução do salário mínimo real”.

Outra importante mudança observada no período, conforme alude Carvalho (2018, p.21), se refere às “alterações no grau de disparidade entre as remunerações dos diferentes trabalhadores do mercado formal”. Diferente do “Gini para o total da renda, que inclui rendimentos financeiros, aluguéis e outras formas de rendas oriundas do capital, o índice de Gini para salários passa por uma redução substancial e contínua nos anos 2000, o que indica queda na desigualdade salarial”. Tal “redução se dá sobretudo na base da distribuição: o salário dos 10% mais pobres aumenta em relação ao salário médio ou mediano”. Esse comportamento pode ser observado no Gráfico 3, a seguir.



Fonte: Parcela de salário na renda: Rugitsky (2017), apêndice 1; Índice de Gini para salários: PNAD (2017); Salário mínimo/médio: IPEA/PME (Brenck; Carvalho, 2019, p. 167).

Isso reflete o papel da valorização do salário mínimo. Estima-se “que entre 2007 e 2011 68,6% de redução da desigualdade salarial entre homens medida pelo índice de Gini deveu-se a aumentos do salário mínimo”. Nesses termos, Proni (2017, p. 5) pontua resumidamente a trajetória expressiva de redução da concentração, tanto no que se refere a renda domiciliar per capita, como as do rendimento do trabalho: o índice de Gini para a renda domiciliar per capita, reduziu de 0,594 em 2001 para 0,522 em 2013 e o índice dos rendimentos do trabalho, reduziu de 0,545 para 0,490 entre 2004 e 2014. Campello, et al. (2018, p. 2), então sintetizam que o processo de redução de desigualdades “reverteu uma tendência à concentração de renda que vivia o Brasil desde a ditadura militar e que ficou estagnada no início do período democrático”, onde mostra que “entre 1980 e 2001,

(15) A ampliação da renda acima da inflação ocorreu para todas as faixas de renda, apesar dos efeitos da crise econômica que já se fizeram sentir a partir de 2012 (Campello et al., 2018).

o Coeficiente de Gini ficou congelado no elevado patamar de 0,59, caindo, em 2015, ao seu nível mais baixo, 0,49”.

Em suma, os vários estudos apontados indicam que a redução das desigualdades e da pobreza no Brasil, no período considerado, estão relacionadas à melhora da renda das famílias e sua distribuição (distribuição da renda do trabalho, mobilidade, consumo das famílias), bem como, a geração de empregos formais, recuperação do salário mínimo, ampliação das transferências de renda e dos programas de combate à pobreza. Os dados revelam que a redução da desigualdade se destaca para a base da distribuição (com a diminuição da disparidade salarial), sendo que a parcela de renda apropriada pelos mais ricos se manteve estável (Brenck; Carvalho, 2019). Essas transformações tiveram impacto no padrão de consumo das famílias brasileiras. Certos tipos de produtos e serviços, que antes permitia-se o consumo e acesso apenas aos mais ricos, passaram a ser consumidos também pelas populações de rendas mais baixas.

Ainda, não se pode deixar de ponderar que o sucesso dos resultados sociais, com redução da pobreza e das desigualdades, em grande medida, também deveu-se ao desempenho econômico e a conjuntura do período: a dinâmica da inflação da década de 2000 que se comportou em torno de 5% entre 2004 e 2011, permitindo a preservação do poder de compra dos salários e da proteção social estabelecida pelas políticas públicas; ao *efeito China* sobre os preços dos bens, ou seja, a valorização cambial e o barateamento dos equipamentos domésticos e de vestuários realizados via importação; e o aumento do crédito que viabilizou o mercado de consumo¹⁶.

3 A insustentabilidade da redistribuição de renda e da redução das desigualdades

O rol das transformações positivas em torno da desigualdade e da pobreza, que vinha ocorrendo na primeira década dos anos 2000, entrou em ritmo de desaceleração e retrocessos a partir da segunda metade dos anos 2010, sobretudo, com a forte recessão pós-2014 e os ajustes¹⁷ implementados visando conter a instabilidade. Tal cenário ocasionou um impacto negativo e agressivo sobre os gastos destinados às políticas sociais de combate à pobreza e à desigualdade. Quadros (2019) considera que uma das manifestações mais agudas que se instala em 2015 é o processo de empobrecimento da população brasileira¹⁸. Nesse caso, como sugere Kerstenetzky (2016), teria se esgotado o modelo de *crescimento redistributivo*. Modelo esse caracterizado, segundo a autora, por um processo de

(16) Para uma compreensão mais detalhada à cerca dos elementos que contribuíram para a dinamização do consumo das famílias (dinâmica da inflação, *efeito China* e acesso ao crédito), ver: Dedecca (2014).

(17) No seu breve segundo mandato, o governo Dilma (2015-2016), diante dos fortes efeitos da crise econômica, promoveu uma orientação macroeconômica no sentido de conter a demanda doméstica e realizar o “ajuste dos preços estratégicos”, visando manter o grau do investimento, o que significava, conforme Mello e Rossi (2018), a adoção de uma “política de austeridade”. Para esses autores, em 2015, o governo optou por um “choque recessivo” que marcou uma virada na política econômica abrangendo: o choque fiscal, o choque de preços administrados, o choque cambial e o choque monetário. O choque recessivo e as políticas de austeridade, aplicadas numa economia que já vinha fragilizada, ocasionou uma desaceleração em todos os indicadores econômicos e sociais, levando o Brasil a vivenciar uma das maiores crises da sua história. Tal fato, aliado a crise política, foi responsável pela desestabilização do governo Dilma no qual resultou no rearranjo de forças políticas que impulsionaram o processo de *impeachment*.

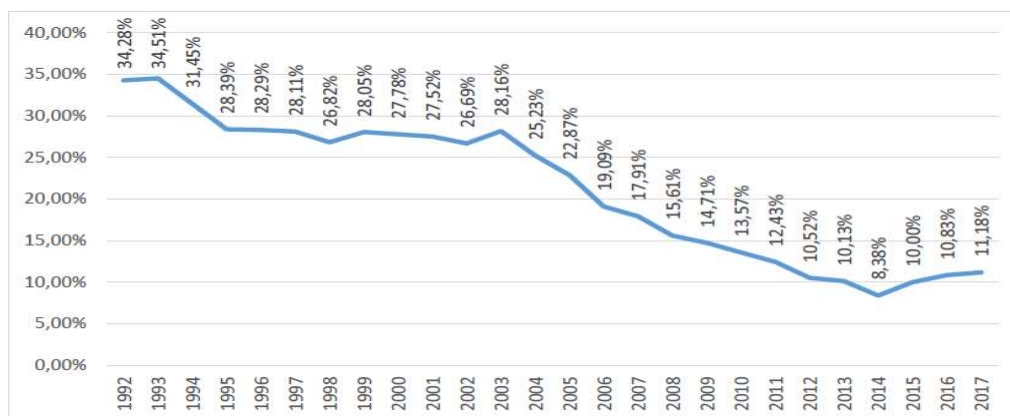
(18) Sobre a dimensão da crise social e da mobilidade social descendente, ver: Quadros (2019).

crescimento em que a renda da população aumenta enquanto a desigualdade diminui, crescendo com mais intensidade nos estratos inferiores em relação aos estratos superiores da distribuição.

A pobreza voltou a aumentar em um cenário de recessão e de aumento do desemprego. Marcelo Neri (2019, p. 15) no documento *A Escalada da Desigualdade* da Fundação Getúlio Vargas, utilizando a metodologia da FGV Social, revela que “apenas em 2015, a pobreza subiu 19,3% no Brasil, com cerca de 3,6 milhões de novos pobres”. Desde o final de 2014 até o final de 2017 o aumento da pobreza foi de 33%, passando de 8,38% para 11,18% da população brasileira. Esses números representam 23,3 milhões de pobres no país, resultado de uma adição de 6,27 milhões de novos pobres às estatísticas sociais¹⁹.

O Gráfico 4 explana os dados acima apontados.

Gráfico 4
Pobreza no Brasil – Proporção dos pobres % – Série Harmonizada



Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNAD, PNADC Trimestral e PNDC Anual/IBGE (Neri, 2019, p. 15).

Neri (2019) ainda pondera que “embora a desigualdade medida por métricas usuais, como o índice de Gini, não tenha aumentado em 2015, a desigualdade relevante em termos de pobreza explodiu”, enquanto a “média de renda caiu 7% a renda dos mais pobres caiu 14%”. Em grande medida, um “resultado direto do congelamento nominal do Bolsa família em 2015, quando as taxas de desemprego e inflação atingiram os dois dígitos”. Isso resultou num cenário em que “os mais pobres tiveram a sua crise dobrada em relação à média geral da nação enquanto os brasileiros medianos tiveram a sua perda reduzida à metade” (Idem, p. 18).

A *Síntese dos indicadores sociais* de 2017 do IBGE, que utiliza a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2012 a 2016 para construção de seus indicadores, indica que a porcentagem da população com renda per capita até um quarto do salário

(19) A linha de pobreza utilizada é a da FGV Social, cujo valor em agosto de 2018 corresponde a R\$ 233,00 mês por pessoa. O movimento de empobrecimento supracitado inclui o aumento de 19,3% da pobreza entre 2014 e 2015 pela PNAD antiga, 3,2% de aumento entre 2016 e 2017 da PNAD anual e mais 8,33% de incremento entre 2015 e 2016 (Neri, 2019).

mínimo (linha do Benefício de Prestação Continuada – BPC) aumentou de 8% em 2014 para 12,1% em 2016. Ao mesmo tempo, elevou-se para 4,2% a porcentagem de pessoas que se encontravam na pobreza extrema (renda domiciliar per capita até R\$ 85,00 mensais), enquanto que a pobreza (renda até R\$ 170,00) aumentou para 8,5% em 2016²⁰. Por sua vez, a pobreza extrema alcançou a estimativa de 13,3 milhões de pessoas (6,5% da população em média) e a pobreza atingiu 52,2 milhões de pessoas em 2016 (cerca de 25,4% da população). Já para o ano de 2017, a OXFAM (2018), considerando o critério do Banco Mundial (US\$ 5,50 por pessoa/dia – cerca de R\$ 400 per capita/mês), aponta que havia 55 milhões de pobres no Brasil. O órgão ainda registra, incluindo o rendimento de todos os trabalhos, que a perda de rendimentos entre 2016 e 2017 foi de mais de 11% para os 10% mais pobres, caindo para 9% quando considerados todos os *decis* de rendimento. Em 2017 a renda média total deste grupo foi de apenas R\$ 198,03 mensais, valor que se encontra abaixo da linha de pobreza de acordo com o Banco Mundial. Esses dados evidenciam que a base da pirâmide perdeu mais, com destaque para os *decis* mais pobres.

Em relação ao ano de 2018, a *Síntese dos indicadores sociais* de 2019 do IBGE, utilizando o critério adotado pelo Banco Mundial para identificar a condição de extrema pobreza, revela que nesse ano o país registrava 13,5 milhões de pessoas com renda mensal per capita inferior a R\$ 145, ou US\$ 1,9 por dia. Esse número equivale à população da Bolívia, Bélgica, Cuba, Grécia e Portugal. O estudo ressalta que o percentual subiu de 5,8%, em 2012, para 6,5% em 2018, o que evidencia um recorde em sete anos. Ao deter-se às categorias dos rendimentos, a Síntese do IBGE mostra que, entre 2012 e 2014, o grupo dos 40% com menores rendimentos apresentou aumentos mais expressivos do rendimento médio domiciliar per capita, passando de R\$ 329,00 para R\$ 370,00. Porém, a partir de 2015, o rendimento médio deste grupo caiu para R\$ 339. Já o grupo dos 10% com maiores rendimentos sofreu uma modesta redução do rendimento médio entre 2012 e 2015 (de R\$ 5.408 para R\$ 5.373), mas passou a subir nos anos seguintes, resultando, ao final de 2018, em um rendimento médio de R\$ 5.764. Segundo o analista do IBGE Pedro Rocha de Moraes, esse movimento positivo dos indicadores do trabalho em 2018 foi mais relevante no trabalho informal. Ele ressalta que o valor dos rendimentos cresceu para toda a população, porém foi maior para os 10% com maiores rendimentos que se apropriaram de uma parcela maior do que os 40% com menores rendimentos, o que contribuiu para a ampliação da desigualdade.

Para o ano de 2019, Neri (2019, p.20) aponta que a desigualdade continuou aumentando e registrou elevação persistente no segundo trimestre do ano, superando o pico histórico observado em 1989: “desde o final de 2014 até o 2º trimestre de 2019, a renda dos 50% mais pobres da população caiu 17%, a dos 10% mais ricos 3% e a dos 1% mais ricos cresceu 10%”. Ao mesmo tempo, a perda da renda média do trabalho entre todos os segmentos em idade ativa, não somente os ocupados, foi de -3,71% (Idem, p.10).

O Gráfico 5 a seguir busca evidenciar o comportamento da renda.

(20) Na edição da Síntese de 2017, o IBGE incluiu distintas “linhas de pobreza”. Para medir esse índice de pobreza foi adotado o critério do Banco Mundial (US\$ 1,90 dia – cerca de R\$ 133,70 por mês em 2016) (Proni, 2017).

Gráfico 5

Taxa de crescimento da renda individual trabalho por grupos tradicionalmente excluídos de 2014.T4 a 2019.T2



Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNADC trimestral/IBGE. OBD: Renda habitual Individual do Trabalho – População em Idade Ativa (Neri, 2019, p. 10).

Em concordância com Moraes, Neri acrescenta que se trata de uma recessão na média e ganho no topo, significando que a base da distribuição teve quedas muito mais acentuadas que as da média. O estudo demonstra que a desigualdade de renda domiciliar per capita do trabalho vinha aumentando há 17 trimestres consecutivos, sendo o maior período de concentração da série histórica brasileira. Mais do que uma longa recessão acompanhada de lenta retomada, frisa o autor, “passamos do crescimento inclusivo à recessão excludente” (Idem, p. 20). Uma tendência que reforça um dos grandes problemas estruturais do país: a concentração de renda.

A tendência da concentração da renda é mais facilmente percebida quando analisadas as desproporções na distribuição de renda nacional pelos estratos sociais. Os dados da PNAD Contínua mostram que em 2018 as pessoas pertencentes ao último decil (10% mais ricos) detinham 43,1% da massa de rendimento médio mensal real domiciliar per capita, enquanto que o primeiro decil (10% mais pobres) se apropriavam apenas de 0,8% do total. Além disso, observou-se que esses 10% com maiores rendimentos detinham uma parcela da massa de rendimentos superior a dos 80% da população com os menores rendimentos (41,2%). Em relação as pessoas no último percentil da distribuição (o 1% mais rico), essas contavam com uma renda mensal média de R\$ 27.744, enquanto a metade mais pobre da população (50% com menor renda domiciliar per capita) recebia em média R\$ 820,00, ou seja, 33,8 vezes menos que os 1% do topo²¹.

Outros estudos ainda apontam que a desigualdade se torna mais expressiva quando avaliadas com base nos dados da Receita Federal referentes às declarações de Impostos de Renda de Pessoas Físicas (OXFAM, 2017; Proni, 2017; Morgan, 2018, Calixtre; Fagnani, 2018; Brenck; Carvalho, 2019, Ferreira de Souza, 2018). Brenck; Carvalho (2019, p. 167) sublinham que “entre 2006 e 2015, a fração da renda apropriada pelo 1% mais rico no Brasil foi um pouco menos de 25% da renda total,

(21) Ver: PNAD Contínua 2018: 10% da população concentram 43,1% da massa de rendimentos do país. 16/10/2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25700-pnad-continua-2018-10-da-populacao-concentram-43-1-da-massa-de-rendimentos-do-pais>.

e o 0,1% mais rico detinha 11%”. Além do mais, “não houve tendência de queda nos últimos anos, ou seja, os mais ricos não foram afetados pela redução da desigualdade evidenciada nas pesquisas domiciliares”. Os autores argumentam que, entre as explicações para tal rigidez no topo, estaria o “fato de que ao mesmo tempo em que se fazia distribuição de renda via transferências e valorização do salário mínimo, o caráter regressivo da carga tributária era mantido”.

Marc Morgan (2018, p. 12), utilizando-se da metodologia desenvolvida por Piketty e Saez²², explicita os níveis de desigualdade de renda no Brasil entre os estratos dos 10% mais ricos, dos 40% médios e dos 50% inferiores na hierarquia da distribuição entre os anos de 2001 e 2015, combinando as informações do Imposto de Renda de Pessoa Física com as pesquisas domiciliares e as contas nacionais. O primeiro ponto observado pelo autor é a extensão da concentração da renda, onde ele mostra que “os 10% mais ricos da população recebem mais da metade de toda renda distribuída na sociedade, enquanto a metade inferior da população, um grupo cinco vezes maior, recebe entre quatro e cinco vezes menos”. Por sua vez, “os 40% médios da distribuição recebem em torno de um terço da renda total, menos que sua parcela proporcional”, evidenciando que a “desigualdade no Brasil é originada da grande polarização entre a parte superior e inferior da hierarquia”.

A extensão da concentração da renda observada por Morgan (2018) pode ser melhor compreendida ao observar a Tabela 3 a seguir:

Tabela 3
Crescimento da renda, recessão e desigualdade no Brasil, 2001-2015

Income Grup (distribution of average pre-tax fiscal income)	Total cumulative real growth (2001-2015)	Fraction of total growth captured (2001-2015)	Average income share (2001-2015)	Total cumulative real growth (2014-2015)
Full population	26,7%	100%	100%	- 9,2%
Botton 50%	49,8%	19,8%	12,1%	-11,8%
Middle 40%	24,9%	32,3%	35,0%	-10,5%
Top 10%	23,5%	47,9%	52,9%	- 7,6%
Incl. top 1%	21,4%	19,7%	23,6%	-7,0%
Incl. top 0,1%	22,5%	9,5%	10,9%	- 7,3%
Incl. top 0,01%	15,5%	3,4%	5,7%	- 9,0%
Incl. top 0,001%	1,5%	0,2%	3,2%	- 12,0%

Fonte: Morgan (2018, p. 19).

Nota: Distribuição da receita fiscal antes dos impostos entre adultos com divisão igual. A unidade é o indivíduo adulto (20 anos ou mais; a renda do casal é dividida por dois). Os percentis são definidos em relação ao número total de indivíduos adultos na população. As estimativas corrigidas combinam contas nacionais, pesquisas e dados fiscais, aumentando os totais para corresponder aos dados das contas nacionais para o mesmo conceito de renda (tradução da autora). (Idem, p. 19).

Na sequência, Morgan (2018, p. 18) analisa a desigualdade de rendimentos e crescimento, detendo-se no crescimento real acumulado e sua evolução nos diferentes grupos de renda ao longo

(22) Ver: Piketty e Saez (2003).

do período. O autor mostra que o crescimento do total da receita fiscal média foi de 27%, sendo distribuído da seguinte maneira: a taxa de crescimento dos 50% inferiores foi de 49,8%; a dos 40% médios foi de 24,9%; e a dos 10% superiores foi de 23,5%, conforme assinalado na Tabela 3. Apesar dos ganhos alcançados para os 50% da população inferior, o autor assegura que o topo da distribuição capturou a maior parte do crescimento da renda no período, com os 10% superiores capturando 47% do crescimento médio total. Mesmo com o forte crescimento no período, os 50% inferiores não capturam a maior parte do rendimento em razão dos níveis extremamente baixos de renda e da subsequente parcela baixa de renda (12% em média entre 2001 e 2015) obtida por esses. Os 1,4 milhão de ricos capturaram a mesma fração do crescimento total que os 70 milhões de brasileiros mais pobres. Com relação aos efeitos desiguais da recessão doméstica de 2015 sobre a renda da população, Morgan (2018, p. 18) aponta que “a renda por adulto caiu 9% em um ano para toda a população, mas o declínio foi mais forte na parte inferior da distribuição de renda, com a participação dos 50% inferiores caindo 12%”. O que confirma as visões já expostas ao longo deste artigo de que a recessão foi mais negativamente sentida pela população mais pobre do que pela população mais rica.

Assim sendo, o apanhado evidencia que a queda da desigualdade observada nos anos 2000 até a primeira metade da década de 2010, esteve centrada na evolução da renda corrente das famílias e seu poder de consumo, tendo sido acompanhada da evolução positiva de alguns indicadores sociais. A insustentabilidade desse processo já chamavam atenção de Pochmann (2011) em pleno período de otimismo econômico e social. Para o autor, o aumento da taxa relativa de pobreza indicava que a inclusão social via mercado de consumo – ampliando a renda dos segmentos que compõem a base da pirâmide – não se mostrava suficiente para alcançar a coesão social²³. A redução da desigualdade acontecia ao mesmo tempo em que aumentava relativamente o padrão de riqueza existente no país.

Ainda sobre a insustentabilidade da redistribuição de renda e da redução das desigualdades, Brenck e Carvalho (2019, p. 174-175) indicam que a “redistribuição de renda” ocorrida no Brasil seguiu o que Morgan chama de *squeezed midle*, ou “aperto da classe média”, onde mostra que “os 50% mais pobres aumentaram sua participação na renda total (antes da tributação) de 12,6% para 13,9% entre 2001 e 2015, o 1% mais rico subiu a sua parcela de 26,2% para 28,3% e os 40% intermediários reduziram sua participação na renda de 33,1 para 30,6%”. Isso indica uma limitação econômica, dado que “as margens para expandir tal modelo de distribuição são bem menores do que se a transferência de renda fosse feita do topo para a base da distribuição”. Sobre o aumento da participação na renda total dos 1% mais ricos, os autores afirmam que os ganhos de capital foram os principais elementos responsáveis pela manutenção (e aumento) da renda no topo e pela perpetuação da desigualdade. A “renda relacionada ao capital respondeu por 26% da desigualdade entre os 10%

(23) Pochmann (2011, p. 167-168), indica que no período de 1995 a 2008, a queda média anual na taxa nacional de pobreza absoluta (até meio salário mínimo per capita) foi de -0,9% a.a., enquanto a taxa nacional de pobreza extrema (até ¼ de salário mínimo per capita) foi de -0,8% a.a. Já no período 2003-2008, a queda média anual na taxa nacional de pobreza absoluta foi de -3,1%, enquanto a taxa nacional de pobreza extrema foi de -0,2% a.a. A partir desses dados, o autor verifica que a taxa de pobreza cai mais rapidamente que a diminuição na medida da desigualdade. Isso significa que o combate à pobreza parece ser menos complexo que o enfrentamento da desigualdade de renda.

mais ricos em 2006, aumentando para 32% em 2012”, um processo que pode ser explicado pelas altas taxas de juros, o crescimento dos preços dos imóveis e dos ativos financeiros, bem como, pelo caráter regressivo dos imposto de renda no Brasil. Morgan (2018, p. 21-22) destaca que, no caso brasileiro, os proprietários corporativos pagam menos impostos sobre os lucros distribuídos (sendo completamente isentos) do que se acumulassem lucros na empresa (seja por ganhos de capital induzidos ou por investimentos adicionais para aumentar rendimentos do trabalho). Portanto, pode-se dizer que o sistema de imposto de renda brasileiro motiva formas distintas de comportamento de *rent-seeking* entre as elites²⁴.

Nesse sentido, Calixtre e Fagnani (2018, p. 352-357), ao questionarem se o modelo que gerou a melhoria dos indicadores de bem-estar no período entre 2003-2016 seria consistente de mudanças econômicas e sociais estruturais, afirmam que a redução da desigualdade se tratou de um processo “sem mudanças na estrutura tributária”. A tributação brasileira continuou (e continua) “sendo extremamente regressiva, já que os impostos indiretos constituem mais de 14% da renda total, e os impostos diretos, apenas cerca de 9% da renda total”. Sendo assim, “a redução da desigualdade deu-se a despeito do sistema tributário regressivo, algo muito incomum na história das economias desenvolvidas baseadas nos regimes de *welfare state*”. Soma-se a isso, o fato de que, entre 2003 e 2016, “as altas taxas de juros e a financeirização no Brasil formam instrumentos-chave de concentração de ativos nas mãos dos mais ricos”. Dessa forma, a experiência recente, apesar “de seu sucesso em impulsionar a melhoria de condições de vida da classe trabalhadora”, não conseguiu atingir “nem a densidade necessária de ritmo redistributivo nas transformações sociais, nem atacar mudanças estruturais na sociedade do subdesenvolvimento”.

É nesta ausência de mudanças estruturais, que preocupava Pochmann (2011) e que foi destacada por Brenck e Carvalho (2019), Morgan (2018), Calixtre e Fagnani (2018), entre outros, que, para além dos fatores conjunturais, devemos buscar as explicações para o fato de que, por mais que tenha havido esforços no período recente, o combate à desigualdade e à pobreza precisam ser encarados como um processo mais sólido e que possa ser mantido para além dos momentos de crise.

Considerações finais

O estudo sobre a problemática da desigualdade e da pobreza ilustra o quão enraigado se encontra esse fenômeno na realidade brasileira. Observando a primeira década dos anos 2000 e a metade da segunda década, é possível afirmar que houve avanços e melhorias nas condições de vida

(24) Conforme Morgan (2018, p. 21), a composição legal dos principais rendimentos pessoais em 2015, antes de quaisquer deduções, pode oferecer uma ideia desse panorama: “A tendência é impressionante à medida que avançamos na distribuição. Para os indivíduos entre os 10 e os 15% principais (P85–90), 85% de sua renda é composta por renda tributável (sujeita ao imposto de renda pessoal), cerca de 5% é retida exclusivamente, e cerca de 10% por cento não é tributável. A parcela da renda tributável cai à medida que avançamos em direção a grupos mais altos, mal representando 10% dos 0,01% mais ricos. A parcela da renda retida aumenta à medida que avançamos na distribuição, refletindo o fato de que indivíduos mais ricos provavelmente ganham uma fração mais alta de suas rendas de capital, como juros e ganhos de capital. O mesmo se aplica aos componentes de renda não tributável, como lucros e dividendos comerciais distribuídos. Entre 2007 e 2015, parece que a parcela do lucro tributável no total da receita fiscal caiu, enquanto a parcela da renda retida e isenta aumentou para todos os grupos, com o último se tornando mais importante para os grupos mais ricos” (Tradução da autora).

das pessoas. Esse efeito foi alcançado em razão de decisões políticas nas quais demonstraram que, mesmo com o histórico econômico e social do país, não estamos fadados à condenação natural e inevitável da desigualdade social. A pobreza e a desigualdade podem ser enfrentadas e reduzidas. Porém, o período que marcou a instabilidade política e econômica, seguida de uma profunda crise, estampou que ainda havia a necessidade de avançar num projeto de desenvolvimento econômico e social mais consistente que viabilizasse o combate da pobreza e da desigualdade de forma mais efetiva.

De maneira breve, podemos ponderar algumas das fragilidades do período de crescimento e desenvolvimento inclusivo. Nesse sentido, é importante ressaltar que a retomada do crescimento econômico e social se deu a partir da capacidade produtiva existente e não de sua ampliação. Tal fato fez com que a demanda de consumo acabasse vazando para fora, favorecida pelo *efeito china*, ao invés de gerar um aumento da produção doméstica. Ao mesmo tempo, houve uma significativa expansão de setores de serviços com baixo conteúdo tecnológico, sem capacidade de inserção no mercado externo que tornou-se cada vez mais competitivo. Esses fatores contribuíram para a continuidade dos processos de desindustrialização e de baixa produtividade do trabalho que o país vem enfrentando nas últimas décadas. Pode-se destacar ainda, dentro dessas fragilidades, o enfraquecimento do investimento público e privado no setor produtivo e a, já referida, concentração da renda nas camadas mais ricas da hierarquia social, em outras palavras, a “distribuição no topo”.

Pensando na necessidade de um projeto de desenvolvimento mais consistente e sustentável, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) vem produzindo um conjunto de reflexões acerca das mudanças estruturais necessárias para a igualdade²⁵. No documento intitulado *Mudança estrutural para a igualdade: uma visão integrada do desenvolvimento*, publicado ainda em 2012, o órgão defende que “o caráter da mudança em relação a paradigmas precedentes assume novos matizes”, propondo um conjunto de eixos para uma nova visão de desenvolvimento. O *primeiro eixo* indica que a política macroeconômica e a política industrial não podem seguir por caminhos separados e devem articular-se para construir sinergias entre dinâmicas de curto e de longo prazo. O *segundo eixo* defende que as políticas industriais devem estar no centro da orientação do desenvolvimento. O *terceiro eixo* destaca que esta política industrial se situa no contexto de uma revolução industrial que abranja as novas tecnologias da informação e das comunicações, a biotecnologia e nanotecnologia. O *quarto eixo* chama atenção para o fato de que a sustentabilidade do meio ambiente não pode continuar sendo tema de segunda ordem na agenda do desenvolvimento. O *quinto eixo* defende que no social o desafio é que o Estado assuma um papel mais ativo e decidido em políticas de vocação universalista. Em síntese, o documento afirma que o eixo central da proposta tem a mudança estrutural como

(25) Na página da CEPAL (<https://www.cepal.org/pt-br/publicacoes/tipo/colecao-hora-igualdade>) encontra-se uma série de publicações na coleção denominada “A Hora da Igualdade”, apresentada pela CEPAL em sua trigésima quarta sessão (San Salvador, 2012). Outras publicações da CEPAL enfatizam a temática sobre a desigualdade social: Panorama social de América Latina (2017); La ineficiencia de la desigualdade (2018). Além destes, pode-se destacar também a nota intitulada “Chegou a hora da igualdade na América Latina e no Caribe: com urgência e sem atraso”, publicada por Alicia Bárcena, Secretária-Executiva da CEPAL, em 2019.

caminho, as políticas públicas como instrumento e a igualdade como valor subjacente e como horizonte ao qual se orienta esta mudança (CEPAL, 2012).

Por fim, é fundamental repensar os modelos de desenvolvimento, visando a erradicação da pobreza e a construção de uma sociedade mais igualitária. Nas palavras da Secretária-Executiva da CEPAL, Alicia Bárcena, é “necessário renovar o pensamento e a métrica sobre as desigualdades. É necessário medir a riqueza e não somente a pobreza. Incorporar a desigualdade na propriedade e não somente na renda”. Afinal, vivemos uma mudança de época, uma mudança que “exige uma transformação de nosso estilo de desenvolvimento para que se baseie no fortalecimento da paz, da democracia, dos direitos humanos, da igualdade, da sustentabilidade e do multilateralismo” (Bárcena, 2019).

Referências bibliográficas

- ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: EDUSC, 1998.
- ARANHA, Adriana Veiga (Org.). *Fome Zero: uma história brasileira*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010. v. 1.
- ARRUDA, Pedro Fassoni. *Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil: 1889-1930*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- BANCO MUNDIAL. *Poverty and shared prosperity 2018: piecing together the poverty puzzle*. Washington, DC: The World Bank, 2018. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/publication/poverty-and-sharedprosperity>.
- BÁRCENA, Alicia. *Chegou a hora da igualdade na América Latina e no Caribe: com urgência e sem atraso*. CEPAL, 6 nov. 2019. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/articulos/2019-quegou-hora-igualdade-america-latina-caribe-urgencia-sem-atraso>.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. In: CALIXTRE, André Bojikian; BIANCARELLI, André Martins; CINTRA, Marcos Antonio Macedo (Org.). *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: IPEA, 2014.
- BRENCK, Clara; CARVALHO, Laura. Limites para o crescimento com mudança estrutural no Brasil no século XXI. In: CHILIATTO LEITE, Marcos Vinicius (Org.). *Alternativas para o desenvolvimento brasileiro: novos horizontes para a mudança estrutural com igualdade*. Santiago, Chile: CEPAL, 2019.
- BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 27. ed. Ijuí, RS: Editora UNIJUÍ; Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CALIXTRE, Andre; FAGNANI, Eduardo. A política social nos limites do experimento desenvolvimentista (2003-2014). In: CARNEIRO, Ricardo; BALTAR, Paulo; SARTI, Fernando (Org.). *Para além da política econômica*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

CAMPELLO, Tereza; GENTILI, Pablo; RODRIGUES, Monica; HOEWELL, Gabriel Rizzo. Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que fixam para trás. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, CEBES, v. 42, n. especial, nov. 2018.

CAMPOS, André Gambier. *Bem-estar social nos anos 1990 e 2000: traços estilizados da História Brasileira*. Brasília: IPEA, 2015. (Texto para Discussão, n. 2025).

CARVALHO, Laura. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia Editora, 2018.

CEPAL. *Mudança estrutural para a igualdade: uma visão integrada do desenvolvimento*. Santiago, Chile: CEPAL, 2012. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/37939-mudanca-estrutural-igualdade-visao-integrada-desenvolvimento>.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na belle époque*. 3. ed. Campinas: Editada da Unicamp, 2012.

DEDECCA, Claudio Salvadori. A redução da desigualdade e seus desafios. In: CALIXTRE, André Bojikian; BIANCARELLI, André Martins; CINTRA, Marcos Antonio Macedo (Org.). *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: IPEA, 2014.

DIEESE. *Política de valorização do salário mínimo: depois de 20 anos, reajuste fica abaixo da inflação (INPC)*. São Paulo: DIEESE, jan. 2017. (Nota técnica, n. 166).

DWECK, Esther; ROSSI, Pedro. Políticas sociais, distribuição, crescimento e mudança estrutural. In: CHILIATTO LEITE, Marcos Vinicius (Org.). *Alternativas para o desenvolvimento brasileiro: novos horizontes para a mudança estrutural com igualdade*. Santiago, Chile: CEPAL, 2019.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978. v. 1.

FERREIRA DE SOUZA, Pedro H. G. *Uma história da desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil 1926-2013*. São Paulo: Hucitec; Anpocs, 2018.

GETHIN, Amory; MORGAN, Marc. *Brazil divided: hindsight on the growing politicisation of inequality*. Paris: World Inequality Lab, 2018.

IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2019*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IPEA. *Plano Brasil sem miséria*. Brasília: IPEA LabGov, 2017.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Consumo social e crescimento redistributivo: notas para se pensar o modelo de crescimento para o Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, Centro de Economia Política, v. 36, n. 1 (142), jan./mar. 2016.

MATTOS, Fernando Augusto Mansor de; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; BARONE, Ricardo Strazzacappa. *As reformas promovidas pelo PAEG e seus efeitos distributivos*. Campinas, SP: Instituto de Economia/Unicamp, jun. 2015. (Textos para Discussão, n. 254).

MELLO, Guilherme; ROSSI, Pedro. Do industrialismo à austeridade: a política macro dos governos Dilma. In: CARNEIRO, Ricardo; BALTAR, Paulo; SARTI, Fernando (Org.). *Para além da política econômica*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MORGAN, Marc. *Income inequality, growth and elite taxation in Brazil: new evidence combining survey and fiscal data, 2001-2015*. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth (IPC-IG), 2018. (Working Paper, n.165). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10419/200606>.

MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Editora Anita, 1994.

MOURA, Cleyton Domingues de. Subcidadania, desigualdade e desenvolvimento social no Brasil no século XXI. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, IPEA, n. 34, 2010.

NERI, Marcelo. *A escalada da desigualdade: qual foi o impacto da crise sobre a distribuição de renda e a pobreza?* Rio de Janeiro: FGV Social, ago. 2019. Disponível em: <https://cps.fgv.br/desigualdade>.

OXFAM. *A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras*. São Paulo: OXFAM Brasil, 2017.

OXFAM. *País estagnado: um retrato das desigualdade brasileiras*. São Paulo: OXFAM Brasil, 2018.

OXFAM. *Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade*. São Paulo: OXFAM Brasil, 2020.

PIKETTY, Thomas; SAEZ, Emmanuel. Income inequality in the United States (1913-1998). *The Quarterly Journal of Economics*, Cambridge, Harvard University, v. CXVIII, 2003.

PNAD CONTÍNUA 2018: 10% da população concentram 43,1% da massa de rendimentos do país. Agência IBGE: 16/10/2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de->

[imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25700-pnad-continua-2018-10-da-populacao-concentram-43-1-da-massa-de-rendimentos-do-pais.](#)

POCHMANN, Márcio. *O trabalho no Brasil pós-neoliberal*. Brasília: Liber Livros, 2011.

PRONI, Marcelo Weishaupt. Observações sobre a questão social no Brasil. *Carta Social e do Trabalho*, Campinas, SP, Unicamp, n. 36. jul./dez. 2017.

QUADROS, Waldir. *A profundidade da atual crise social*. Campinas, SP: Unicamp. IE, set. 2019. (Texto para Discussão, n. 361).

SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SOUZA, Nilson Araújo de. *Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.